

Operações da PF não são monopólio desse governo

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Marcelo Itagiba, 49 anos, é um homem culto e refinado. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da UFRJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduado em ciências políticas pelas Universidades René Descartes, de Paris, ele transita pelas altas rodas cariocas com desenvoltura. O perfil sofisticado de Itagiba destoa do estereótipo da profissão que, segundo ele, escolheu por vocação. Delegado de carreira da Polícia Federal há 22 anos, ele tem verdadeira paixão pelo que faz.

Há dois anos, no entanto, deixou o cargo de superintendente da PF no Rio de Janeiro para aceitar o desafio de cuidar da segurança pública do estado. Nem por isso perdeu de vista o trabalho que seus colegas têm feito nas recentes e controversas operações desencadeadas pela Polícia Federal em todo o país. "Esse tipo de operação não é um monopólio desse governo", afirma. "O governo atual descobriu, talvez mais do que os outros, que esse tipo de operação tem uma visibilidade e tem um impacto positivo na mídia, e tem explorado essa faceta", completa. Ele, no entanto, aponta alguns exageros cometidos durante as operações como o uso de roupas inadequadas e o porte desnecessário de armamento pesado.

A visibilidade na secretaria de Segurança Pública pode pavimentar uma candidatura ao Congresso Nacional ou, quem sabe, ao governo do estado. Mesmo dizendo que faz política e não política, Itagiba se antecipou à legislação eleitoral, que prevê o prazo máximo de filiação até setembro, e já se filiou a um partido político. Ao contrário do que previam os analistas políticos que o identificam com o PSDB por ter trabalhado com o tucano José Serra no Ministério da Saúde, escolheu o PMDB, partido de sua atual superiora, a governadora Rosinha Garotinho.

Em meio ao fogo cruzado entre traficantes que dominam os morros cariocas e a população da cidade que clama por paz, o secretário pretende concluir em dois meses um livro onde propõe a criação de estímulos antecedentes à aplicação da lei penal. Nessa entrevista concedida à revista **Consultor Jurídico** em seu gabinete, no 4º andar do prédio da Central do Brasil na capital fluminense, ele dá mais detalhes da proposta.

Leia a entrevista

Conjur: O senhor é um policial federal de carreira, delegado e foi superintendente da PF no Rio de Janeiro. Portanto, deve acompanhar as recentes operações que a Polícia Federal tem feito e seus polêmicos desdobramentos. Como o senhor analisa essas operações?

Marcelo Itagiba: A Polícia Federal sempre atuou nos grandes crimes onde existe bens e serviços de interesse da União. Porque essa é uma das atribuições constitucionais da Polícia Federal. E o que ela vem fazendo nesse tipo de operação, sempre foi feito. Ela sempre teve a responsabilidade pela apuração dos grandes casos. Essa Polícia Federal que está aí, fazendo esse tipo de operação, não é um monopólio desse governo. A Polícia Federal é composta por policiais de carreira, uma carreira de estado, que trabalha dentro dos ditames legais. Não trabalha e nem deve trabalhar a serviço de um governo nem de outro. E eu acho que essa é a tradução da Polícia Federal.

Quanto às operações, eu acho que o que o governo atual descobriu, talvez mais do que os outros, é que esse tipo de operação que a Polícia Federal sempre fez tem uma visibilidade e tem um impacto positivo no que diz respeito à mídia e explorou essa faceta.

Conjur â?? Com que objetivo?

Itagiba â?? Objetivo de dar visibilidade de que esse governo faz aquilo que todos os governos deveriam fazer.

Conjur â?? Seria também uma forma de desviar a atenção dos recentes escândalos de corrupção envolvendo o PT?

Itagiba â?? Não sei se o objetivo é desviar a atenção. O objetivo da Polícia Federal é fazer as suas operações, agora o porquê do marketing das operações da Polícia Federal pelo governo federal tem que ser perguntando para o pessoal do governo federal. Mas com certeza a PF tem cumprido o seu papel, porque ela não é uma polícia a serviço de governos. Ela tem que ser uma polícia a serviço do país. Quanto à questão das prisões e dos mandados de busca e apreensão pode ser feito um reparo aqui outro ali na questão da atuação. Em primeiro lugar você solicita um mandado de busca e apreensão e solicita uma medida de prisão ao Judiciário. Então, o Judiciário aferiu aquele pedido e concedeu aquele mandado. Agora o que você pode às vezes pontualmente criticar é a forma de fazer determinados tipos de operações em determinados locais que não necessitam de um determinado tipo de aparato.

Conjur â?? Como o quê, por exemplo?

Itagiba â?? Como ir para a Avenida Paulista fazer uma busca e apreensão num escritório de advocacia com pessoas vestidas de roupas operacionais e portando fuzis. A Polícia Federal tem como indumentária de trabalho paletó e gravata, terno, e pode fazer o mesmo tipo de operação sem a necessidade desse tipo de equipamento. Para outras atividades, necessita desse tipo de equipamento, necessita desse tipo de operação, esses outros teatros devem e podem ser utilizados.

Conjur â?? Como o senhor, que durante algum tempo foi subordinado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, administra como secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro a tensão existente entre os governos estadual e federal?

Itagiba â?? Eu sempre tive uma relação pessoal muito boa com o ministro Márcio Thomaz Bastos. E não vem de hoje. Vem de relações da época que eu morei em São Paulo, vem através de relações familiares, enfim, através do próprio histórico do ministro, que é um homem que sempre esteve envolvido com as grandes causas do Brasil. As questões de tensão entre o governo estadual e federal nunca transitaram pelo nosso relacionamento. Eu tenho um excelente relacionamento com o ministro Márcio Thomaz Bastos, tenho um excelente relacionamento com o dr. Luiz Fernando, que é o secretário Nacional de Segurança Pública, meu colega da Polícia Federal, e tenho uma excelente relação com o dr. Paulo Lacerda, que é o diretor-geral da Polícia Federal. Tanto que

hoje nós, no estado do Rio de Janeiro, estamos treinando a Força Nacional no nosso Batalhão de Operações Especiais (Bope), ou seja, nós estamos passando o nosso know-how para a Força Nacional que foi constituída. Enviamos policiais nossos para a Força Nacional. O que nós nos ressentimos, e não só o estado do Rio de Janeiro, mas como vários estados do Brasil e acredito que o próprio ministro da Justiça esteja se ressentindo, foi o contingenciamento que o governo federal fez dos 58% da verba destinada ao repasse da Secretaria Nacional para os estados.

Conjur â?? Mas se o senhor se dá; assim não bem com o ministro e com o diretor-geral da PF, por que saiu da superintendência do Rio?

Itagiba â?? Eu fiquei pelo período exato que o meu antecessor ficou, por dois anos. Obviamente, me parece que em função de algumas colocações feitas por alguns políticos que fazem parte do governo federal não era desejável a minha permanência à frente de uma superintendência da Polícia Federal. E eu recebi, então, o convite do governo do estado do Rio de Janeiro para este desafio que era primeiro ser subsecretário de Segurança Pública e hoje secretário de Segurança Pública. Estou fazendo o meu papel e estou satisfeito em poder contribuir de alguma forma com a minha experiência para a segurança pública do estado do Rio.

Conjur â?? O senhor é muito identificado com o PSDB. Trabalhou com o então ministro José Serra, na Saude. Algumas pessoas atribuem sua saída a esta ligação. O senhor acredita que isso tenha pesado na decisão de tirá-lo do cargo?

Itagiba â?? Eu sempre fui profissional de polícia. Eu faço polícia, não faço política. Trabalhei na Polícia Federal nos governos Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique e trabalhei na Polícia Federal por um curto espaço de tempo no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, eu sou um profissional. Já através de vários governos, eles passaram e eu continuo um delegado de Polícia Federal. Eu trabalhei no ministério da Saúde, com o ministro Serra, numa missão importantíssima que foi excepcionalmente bem-sucedida â?? o combate à época da falsificação de medicamentos que surgiram num determinado momento no Brasil. Formamos um grupo de trabalho, fomos muito bem-sucedidos e tenho o orgulho de ter trabalhado no ministério da Saúde sob o comando de José Serra. Hoje trabalhando aqui no governo do Rio de Janeiro, que não é do PSDB, do PMDB, eu continuo prestando o meu serviço profissional.

Conjur â?? O senhor vai ser candidato ao governo?

Itagiba â?? Não. Eu não sou candidato a governador. Quem escolhe o candidato a governador é o partido, é o governador do estado, é uma base partidária. Eu sou candidato a fazer um bom trabalho pela segurança pública do estado.

Conjur â?? Para ser candidato o senhor tem que ser filiado a um partido. O senhor já está filiado?

Itagiba â?? A filiação pode ser feita até setembro. Mas eu sou filiado. Eu estou filiado ao PMDB.

Conjur â?? EntÃ£o, tem uma pretensÃ£o polÃtica?

Itagiba â?? Todos nÃs temos a pretensÃ£o de poder fazer alguma coisa de melhor para a populaÃ§Ã£o. Para o estado, na Secretaria de SeguranÃça PÃblica, eu jÃ; faÃço isso. Se a polÃtica vier, eu nÃo vou rechaÃ§Ã-la. Muito pelo contrÃrio.

Conjur â?? O senhor estÃ; num cargo de muita visibilidade. O que o senhor acredita que pode ser feito para diminuir a criminalidade?

Itagiba â?? A questÃo da criminalidade nÃo Ã© uma questÃo que comeÃ§ou hoje nem vai terminar amanhÃ. Ã? um processo que o Brasil vem atravessando em todo o paÃs. Quando vocÃa tem a misÃ©ria, a pobreza, a falta de oportunidade, taxas de juros de 19%, nÃo hÃ; crescimento, nÃo hÃ; emprego. Associado a isso vocÃa tem um processo, que eu chamo de o tempero malÃ©volo, que sÃo as drogas, entÃo vocÃa tem uma explosÃo da criminalidade no paÃs. O que a gente tem observado Ã© que a droga que era um produto de consumo daqueles que tinham mais poder aquisitivo, hoje tambÃm comeÃ§a a permear aqueles que nÃo tÃam poder aquisitivo nenhum. E essas pessoas que estÃo tomadas pelo vÃcio precisam arrumar recursos para pagar o seu vÃcio. E aÃ vÃo para os assaltos e aumenta a criminalidade nas grandes cidades. Ã? um fenÃmeno que se observa nas grandes cidades, seja SÃo Paulo, Recife, Rio de Janeiro, qualquer grande cidade brasileira. O Rio de Janeiro, segundo dados do prÃprio IPEA publicados recentemente numa revista de circulaÃ§Ã£o nacional, nÃo Ã© considerada a cidade mais violenta do paÃs. AliÃs, nÃo vem nem entre as vinte consideradas mais violentas. EntÃo, o trabalho Ã© combater o trÃfico, melhorar o combate Ã entrada de drogas e armas no paÃs. Precisa tambÃm comeÃ§ar um trabalho de conscientizaÃ§Ão de que quem usa droga Ã© a primeira vÃtima de um processo de violÃncia, que vai em seqÃ¼Ãncia atingir toda a populaÃ§Ã£o. Quem compra a droga vai alimentando um processo de violÃncia que vai vitimar a todos.

Conjur â?? O atual projeto econÃmico tem agravado o quadro de misÃ©ria do paÃs?

Itagiba â?? Esse projeto econÃmico que nÃs temos no paÃs, que veio de uma estabilizaÃ§Ã£o e prosseguiu dentro de um projeto de estabilizaÃ§Ã£o e sÃ estabilizaÃ§Ã£o tem levado a esse processo de misÃ©ria, de falta de oportunidade, que recai justamente nos braÃos da seguranÃça pÃblica. SeguranÃça pÃblica nÃo Ã© a soluÃ§Ã£o para os problemas. Ã? onde recaem os problemas nÃo solucionados. E eles nÃo estÃo solucionados justamente porque nÃo hÃ; oportunidade e nÃo hÃ; crescimento nesse paÃs. Enquanto nÃs continuarmos com este modelo que hoje nÃs temos, nÃs nÃo temos condiÃ§Ão de melhorar.

Conjur â?? Recentemente, o Brasil inteiro viu imagens de pessoas encurraladas no TÃnel na Zona Sul do Rio por causa da briga do trÃfico na Rocinha...

Itagiba â?? NÃo foi bem isso. NÃo foi uma briga do trÃfico local e as pessoas nÃo ficaram encurraladas. Na verdade, a polÃcia atuou como tem que atuar e os traficantes, utilizando massas de

manobra, criaram um tumulto na boca do tãnel, criando um pãçnico, medo nas pessoas que passavam por aquela localidade. Mas essa nãlo ã© uma circunstãçncia permanente no Rio de Janeiro. Sãlo fatos esporãdicos que acontecem num e noutros lugares, como acontece em qualquer grande cidade brasileira. No Rio de Janeiro tem a dimensãlo que tem porque o Rio de Janeiro se projeta para o Brasil e se projeta para o mundo. ã? uma situaã§ãlo desejãvel? Nãlo. ã? uma situaã§ãlo que demonstra exatamente que nãs estamos no caminho certo. O caminho ã© combater o trãfico, levar seguranãsa ã s populaã§ãmes que moram nessas ãreas mais carentes. Essas comunidades nãlo podem ficar submetidas a um grupo armado que quer impor a sua lei.

Conjur ã?? E como tem sido esse combate ao trãfico?

Itagiba ã?? Nesses quase dois anos que estamos ã frente da subsecretaria e na secretaria de Seguranãsa Pãblica, estamos fazendo nosso trabalho diãrio. E nesse trabalho de todo dia, nãs jã; estamos aã com 35 mil armas apreendidas das mãlos dos bandidos, nãlo sãlo as armas voluntariamente entregues pelo projeto de desarmamento do paãs. Sãlo armas retiradas da mãlo da criminalidade. Estamos com 52 mil prisães feitas e com 75 lideranãsas do trãfico presas ou mortas em confronto com a polãcia. Ou seja, o trabalho de seguranãsa pãblica ã© um trabalho permanente, constante, e ã© isso que a gente vem fazendo. E vamos para cima do trãfico, vamos para o confronto com os traficantes, que tãam de ser desarmados, presos e apresentados ã Justiãsa.

Conjur ã?? E como ficam essas populaã§ãmes carentes que se vãem no meio dessas operaã§ãmes e dos confrontos entre polãcia e traficantes?

Itagiba ã?? Essa populaã§ãlo tem que se conscientizar que o bom para ela ã© a lei, ã© a polãcia, ã© aquilo que tem de formal no estado para defendã-la. Elas tãam que colaborar com as autoridades pãblicas para que a gente possa extirpar esse cãncer que existe nessas comunidades, que sãlo justamente os traficantes, que estãlo viciando as crianãsas, levando-as para o crime e criando toda uma atmosfera criminosa, quando 99,9% das pessoas que vivem nessas comunidades sãlo ordeiras, trabalhadoras e querem uma oportunidade para poder progredir na vida.

Conjur ã?? Mas essas pessoas tãam medo da polãcia.

Itagiba ã?? Essas pessoas nãlo tãam medo da polãcia. Essas pessoas tãam medo dos criminosos. Essa questãlo de medo da polãcia ã© uma questãlo muito relativa no que diz respeito ã percepã§ãlo das pessoas. A polãcia ã© um bem necessãrio que estã; aã para proteger todos os cidadãos do estado. Nãlo importa onde, a polãcia tem o carãter repressivo, o papel da polãcia ã© reprimir o crime. Nãs nãlo podemos criar falsos valores. A polãcia ã© o bem e o bandido ã© o mal. Nãs tambã©m nãlo podemos admitir os maus policiais. Mas esses nãlo representam a polãcia. Sãlo exceã§ãlo e tãam que ser execrados. E para isso nãs fizemos aqui no Rio de Janeiro, comeãçamos em fevereiro, a operaã§ãlo chamada ã??navalha na carneã?, onde nãs jã; temos mais de mil prisães, entre administrativas e preventivas.

Conjur ã?? Alã©m deste combate diãrio ã criminalidade a que o senhor se referiu, haveria alguma outra proposta para atenuar a percepã§ãlo de violãncia que se tem hoje?

Itagiba â?? Hoje no Brasil nÃ³s temos 35% da populaÃ§Ã£o concentrada em nove cidades. E sÃ£o necessÃ¡rios instrumentos legais para regular a relaÃ§Ã£o das pessoas nessas grandes cidades. Nas pequenas cidades, quem exerce o controle social sobre o outro Ã© o vizinho. Cidade pequena, todo mundo se conhece. Nas grandes cidades vocÃª precisa de mais instrumentos de controle social para que nÃ£o haja um conflito, que muitas vezes leva a crimes. Hoje, para regular os conflitos nas grandes cidades, conflitos inter-pessoais, sÃ³ tem o CÃ³digo Penal, que Ã© a lei maior de repressÃ£o no paÃs. O que eu defendo Ã© que nÃ³s tenhamos estÃ¡gios antecedentes Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal.

Conjur â?? Como assim?

Itagiba â?? Primeiro em relaÃ§Ã£o aos municÃpios. A constituiÃ§Ã£o de posturas municipais que forem infringidas seriam apresentadas a um juiz, que aplicaria de imediato uma pena irrecorrÃvel que poderia ser a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os comunitÃrios, poderia ser multa pecuniÃria ou atÃ© mesmo uma detenÃ§Ã£o de atÃ© 72 horas, por exemplo. E eu defendo um segundo estÃ¡gio, que Ã© a estadualizaÃ§Ã£o da Lei de ContravenÃ§Ães Penais. Cada estado da federaÃ§Ã£o ter a sua lei, que seria um estÃ¡gio acima das posturas municipais, onde tambÃ©m nÃ³s terÃamos de imediato a aplicaÃ§Ã£o da pena para situaÃ§Ães de infraÃ§Ã£o um pouco mais grave e que tambÃ©m poderiam ter o mesmo tipo de aplicaÃ§Ã£o de pena com prazos maiores. Isso faria com que as pessoas, primeiro, tivessem um limite para uma aÃ§Ã£o anti-social. Existe um limite, e esse limite estÃ¡ imposto pela lei que Ã© aplicada de imediato. EntÃ£o, antes de passar para um segundo estÃ¡gio, eu tenho a puniÃ§Ã£o no primeiro e talvez eu pare por aÃ. Essas medidas esvaziariam muito as cadeias e desafogaria a JustiÃa. O terceiro estÃ¡gio seria uma lei penal, com menos artigos, para o que Ã© de fato considerado grave, com penas mais rÃgidas e com progressÃ£o de pena mais dificultada.

Conjur â?? Que tipo de infraÃ§Ã£o se enquadraria, por exemplo, dentro de uma contravenÃ§Ã£o municipal ou estadual?

Itagiba â?? Venda de bebida alcoÃlica para menores, lesÃµes corporais de natureza leve, atos anti-sociais como urinar no meio da rua, pichaÃ§Ã£o de muros e paredes. No segundo estÃ¡gio de contravenÃ§Ã£o, estariam coisas mais graves como outros tipos de lesÃ£o corporal de natureza mÃ©dia e outros tipos de aÃ§Ãµes anti-sociais como pegadas de automÃ³veis. Ficaria no CÃ³digo Penal sÃ³ aquilo que efetivamente Ã© grave, tem que ter o julgamento com todas essas instÃ¢ncias de defesa, mais para aquelas coisas que sÃ£o os crimes violentos, nÃ£o sÃ³ violentos pela prÃ¡tica da violÃªncia fÃsica mas tambÃ©m em funÃ§Ã£o da violÃªncia, como esses atos de corrupÃ§Ã£o que a gente estÃ¡ assistindo no Brasil.

Conjur â?? O senhor pretende formalizar essa proposta de que forma?

Itagiba â?? AtravÃ©s de um livro que eu estou preparando, que deve ficar pronto daqui a uns dois meses, mais ou menos. Eu pretendo fazer uma anÃ¡lise histÃ³rica do crescimento das cidades. Eu vou jogar esse assunto para discussÃ£o entre os grandes juristas e eu tenho certeza que isso vai provocar uma grande discussÃ£o. Eu aqui sentado na funÃ§Ã£o de secretÃ¡rio de seguranÃ§a pÃblica me



ressinto da falta desses instrumentos para poder aplicar no dia a dia, para melhorar a relação das pessoas e da convivência social nas grandes cidades.

Conjur â?? Essa proposta tem um quã de â??tolerância zeroâ??•?

Itagiba â?? Eu sempre digo o seguinte: tolerância zero não é a coisa do brasileiro. O brasileiro por si só é um povo altamente tolerante. É justamente o contrário. É você ter instrumentos para que o policial não seja obrigado a usar do arbítrio para dar uma solução. Que ele possa fazer aquilo dentro de normas legais, que dê a ele o respaldo para tomar determinadas atitudes que a população acha que é necessária. No nosso modelo federativo, as coisas vêm muito do governo central para o governo estadual, e depois para o município. Quando, na verdade, a vida das pessoas começa nos municípios, depois vai para o estado e depois para o governo federal. As sugestões que vêm da base são mais discutidas e articuladas dentro da sociedade. Até porque o Brasil não é um país onde todos os estados da federação são iguais. Cada um tem as suas características, a sua forma de ver as coisas, as suas tradições, seus hábitos. Isso é uma forma de recuperar a autonomia federativa, de dar aos estados instrumentos para que possam ter uma sociedade melhor.